

A CIDADE COMO ESPAÇO E TERRITÓRIO DE MEMÓRIA, RESISTÊNCIAS E EDUCAÇÃO DOS SUJEITOS LGBTQIA+

Jonas Augusto Silva¹

Anderson Ferrari²

Wellington Araújo Soares Júnior³

Leonardo Civale⁴

Resumo: A proposta é compreender a cidade como espaço e território de memória, resistências e educação de sujeitos LGBTQIA+ e, assim, investigá-la por meio dos rastros deixados por essa comunidade. Desse modo, este artigo visa divulgar resultados iniciais de um estudo com universitários LGBTQIA+, feito mediante aplicação de um questionário *on-line*, a fim de identificar quais espaços frequentam em Juiz de Fora, MG. Os resultados indicam uma pluralidade de locais que ensejam a mistura com outros grupos sociais e oportunizam problematizar, à luz de uma perspectiva pós-estruturalista de inspiração foucaultiana, como esses espaços participam da constituição dos sujeitos, de seus pertencimentos de gênero e sexualidade e de seus olhares para a cidade.

Palavras-chave: Sociabilidade; História Pública; Ensino de História; Juiz de Fora.

¹Universidade Federal de Juiz de Fora. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-1522-1647>. E-mail: jonasaugusto.silva@estudante.ufjf.br.

²Universidade Federal de Juiz de Fora. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5681-0753>. E-mail: anderson.ferrari@ufjf.br.

³Universidade Federal de Viçosa. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-1902-823X>. E-mail: wellington.a.junior@ufv.br.

⁴Universidade Federal de Viçosa. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0048-833>. E-mail: civale@ufv.br

The city as space and territory of memory, resistances and education for LGBTQIA+ people


Abstract: Our proposal is to understand the city as a space and territory of memory, resistances and education for LGBTQIA+ people and, that way, to investigate it through traces left by this community. Therefore, this article aims to present preliminary results of a study with LGBTQIA+ university students carried out through application of an online questionnaire, in order to identify which places they attend in Juiz de Fora, MG. The results indicate a plurality of places that allow mixing with other social groups and provide an opportunity to problematize, in light of a post-structuralist perspective inspired by Foucault, how these spaces participate in the constitution of subjects, their gender and sexuality affiliation and their views of the city.

Keywords: Sociability; Public History; History teaching; Juiz de Fora.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como propósito apresentar alguns dados preliminares de uma pesquisa em andamento que busca traçar um panorama dos rastros deixados pela comunidade LGBTQIA+⁵ em Juiz de Fora, MG. Entendendo a cidade como espaço educativo, propomos pensá-la como espaço e território de sociabilidade, de memória e de resistências desses grupos subalternizados. Partimos da compreensão de que os territórios são constituídos de relações de poder, que se materializam nos espaços materiais e imateriais (Nogueira Netto; Alves, 2023). Segundo Foucault (1979), o poder é algo exercido de forma múltipla e permite-nos pensar que as próprias identidades de grupos se modificam e se expressam nas espacialidades e territorialidades (Nogueira Netto; Alves, 2023). Nos diferentes espaços em que circulam, os sujeitos vão

⁵Adotaremos, no artigo, a sigla LGBTQIA+, correspondente a lésbicas, gays, bissexuais, trans e travestis, *queer*, intersexo e assexuais. O sinal “+” significa o caráter fluido e plural das identidades de gênero e orientações sexuais humanas, incluindo aquelas não grafadas expressamente. Porém, a sigla admite outros formatos, sob escolha de cada autor ou autora. Assim, optamos por manter o uso da sigla conforme encontrada em cada fonte consultada, justificando a aparição de diferentes grafias ao longo do texto.



estabelecendo redes de sociabilidade em meio aos seus processos de subjetivação, de tal forma que a cidade é parte de suas constituições, assim como são capazes de dizer sobre ela a partir dos seus olhares e lugares de pertencimento.

Desde muito tempo a cidade é um espaço que vem sendo estudado por intelectuais de toda ordem. Sociólogos, políticos, antropólogos, arquitetos, engenheiros, historiadores, filósofos, cientistas etc. Como espaço histórico por onde passam grandes acontecimentos até os simples e cotidianos, a cidade apresenta para a ciência um grande laboratório teórico de estudo, onde muitas hipóteses são criadas, afirmadas, reafirmadas e muitas outras refutadas. (Wink, 2018, p. 171-172).

A citação acima destaca a cidade como espaço educativo e como campo de conhecimento. A cidade, portanto, torna-se um espaço rico de possibilidades, tanto para a pesquisa quanto para o ensino. Apostando nessa perspectiva, buscamos também problematizar as noções hegemônicas de história, para trazer à tona novas formas de pensar a memória, observando a potência da produção de história pública e de produção de história a partir do tempo presente. A pesquisa, assim, visa a ampliação da possibilidade de novas temáticas que possam trazer sujeitos nas suas constituições históricas. Possibilidades que dialogam com desafios como, por exemplo, os desafios da formação.

Como os sujeitos que se reconhecem como parte da comunidade LGBTQIA+ ocuparam a cidade? Que memórias de resistências podemos conhecer para entender as relações de poder entre os sujeitos e a participação na cidade? Que cidades a comunidade LGBTQIA+ propõe? Como essas memórias e resistências e suas outras histórias podem educar-nos para diferentes projetos de sujeitos e de Nação? São essas questões que estamos propondo para desenvolver a pesquisa,

referindo-se a um movimento atual e mais amplo que está sendo denominado de história pública e suas ligações com a Educação e com o Ensino de História.

Diferentes interpretações ajudam-nos a pensar o que é a História Pública. Richard Cândida Smith (2018), por exemplo, defende que ela se caracteriza por um tipo de escrita da História que se apresenta de forma mais acessível para o grande público, constituindo-se como um campo de comunicação que tem afetado a formação, uma vez que o historiador e a historiadora passam a entender que sua formação e seu ofício podem e devem ser compartilhados com um público mais abrangente, não somente limitado pelos pares. No Brasil, esse movimento tem proposto uma aproximação com a história de sujeitos antes marginalizados.

Para Flávio Gomes, Jaime Lauriano e Lilia Schwarcz (2021, p. 09), “um grande e constrangedor silêncio habita a maior parte dos arquivos brasileiros e coloniais, e, sobretudo, dos nossos manuais e livros didáticos”. Nessa linha de reconstruir o passado de uma população antes apagada da História, Renan Quinalha (2022) propõe-se a elaborar uma breve história do movimento LGBTI+ do século XIX aos nossos dias, reconstruindo as violências, as lutas e as resistências do nosso passado para pensar as continuidades e discontinuidades do nosso presente. Para os autores e autoras citados, a memória é algo que não deve ser significado apenas na imaginação, como ficção ou fantasia, mas sim como um processo que tem a capacidade de ser remetido ou fazer-se remeter ao passado. Ela pode ser um poderoso ato de ressignificação das coisas e de si mesma.

Nesse sentido, nosso argumento é que a escola e o Ensino de História são ou podem ser lugares privilegiados para a História Pública e para o trabalho com a memória, para cultivar outras formas de pensar e agir, de ser e estar no mundo. Neste artigo, vamos trabalhar com os dados

produzidos a partir de um questionário *on-line* respondido de forma anônima, direcionando nossas problematizações para as questões que nos convidam a pensar a cidade como espaço de sociabilidade, de memória e de resistência da comunidade LGBTQIA+.

Esse questionário *on-line* Google, composto por perguntas abertas e fechadas e devidamente aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Juiz de Fora, foi divulgado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da instituição (Propp-UFJF), no *e-mail* institucional dos alunos e alunas da mesma universidade. A análise dos dados produzidos a partir das respostas obtidas constitui o procedimento metodológico adotado nessa primeira fase de pesquisa, de forma que traduz as redes de sociabilidades dos universitários LGBTQIA+ da UFJF. Ao final, foram obtidas 108 respostas entre os meses de setembro e novembro de 2024.

Tal procedimento metodológico é parte de um modo singular de fazer pesquisa, próprio das investigações foucaultianas, que é a problematização. Segundo James Marshall (2008), há uma perspectiva de pesquisa em Foucault que podemos chamar de “problematização”. Marshall (2008, p. 25) explora essa abordagem “como uma possibilidade para fazer pesquisa educacional”. Para Michel Foucault, problematizar está diretamente ligado à história do pensamento. Problematizar é dar um passo para trás para transformar em problema algo que não nos chamava atenção. É uma forma de nos posicionarmos em favor das rupturas necessárias para uma nova realidade educativa das cidades. Em linhas gerais, isso significa colocar em prática um olhar problematizador para as memórias das cidades e, com isso, trazer à tona outras histórias e grupos sociais silenciados pelo processo de construção de uma memória.

Podemos pensar, então, em dois momentos do desenvolvimento da pesquisa. Em um primeiro momento, a

partir da busca no Banco de Dados de Teses e Dissertações da Capes, produzimos uma revisão bibliográfica de trabalhos que operassem com categorias que nos ajudassem no desenvolvimento da pesquisa. Conceitos como memória, história, território, cidade e LGBTQIA+ (levando em consideração outras variações da sigla) foram mobilizados de forma conjunta ou separada. Assim, foi possível observar um fértil e relevante campo de discussão. Em um segundo momento, um questionário *on-line* foi disparado por intermédio do *e-mail* institucional da UFJF, como já mencionado. A partir disso, levantamos dados diversos com relação a gênero, raça, classe social e sexualidade dos e das participantes.

Assim, em uma primeira análise, é possível perceber que a maioria das pessoas se identificou como cisgênera, sendo 42,6% correspondente a mulheres cis, e 40,7% a homens cis. Em terceiro lugar, aparecem 11,1% das pessoas identificadas como gênero não-binário. No formulário, havia a possibilidade de inclusão de outra identidade de gênero pelo ou pela participante, caso não se identificasse com nenhuma alternativa previamente elencada. No entanto, podemos perceber certa confusão entre o entendimento de identidade de gênero e de orientação sexual, dada a inclusão da categoria “lésbica”, por exemplo.

Com relação à sexualidade dos e das participantes, a maioria declarou-se bissexual (40,7%), seguidos de gays (35,2%) e lésbicas (13%), ao passo que as demais orientações sexuais apontadas somaram menos de 10% das respostas.

Quanto às categorias étnico-raciais, a maior parte dos e das participantes declarou-se branca (89,4%), seguido de pardos (24,1%). Pessoas que se declararam pretas, indígenas ou amarelas somaram menos de 10% das respostas. Por fim, quando olhamos para as características socioeconômicas, majoritariamente, são pessoas com renda de até R\$2.900,00

(61,1%). Em seguida, pessoas que têm renda até R\$7.100,00, (29,6%) e pessoas com renda de até R\$22.000,00 (9,3%).

A CIDADE COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA

Paralelamente, a problematização a respeito do tema oportuniza reflexões sobre as dinâmicas de produção e reprodução do espaço e, por conseguinte, das cidades nas quais vivemos. O espaço não é algo dado, mas produzido, tanto em sua dimensão material quanto relacional. Segundo o geógrafo Milton Santos (2017), em algum momento inicial da história da humanidade poder-se-ia dizer que a materialidade do espaço, denominado por ele de configuração territorial, seria equivalente aos complexos naturais. No entanto, desde que o ser humano começou a interferir no meio em que habita com o transcorrer do tempo, o espaço passou ser constituído pela “natureza”, pelas obras antrópicas e pelas relações estabelecidas. Dessa maneira, o autor propõe compreender o espaço com sendo um híbrido, constituído por “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (Santos, 2017, p. 21).

Para Santos (2017), os objetos referem-se à materialidade, às coisas naturais e produções antrópicas, sejam do tempo presente ou herdadas de tempos passados. Nas palavras do autor, os objetos são “tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou” (Santos 2017, p. 73). Já as ações concernem às interferências próprias do ser humano, despertadas por uma intenção e orientadas por uma finalidade, em resposta às necessidades suscitadas pelo meio. As ações resultam em alterações e modificações das circunstâncias em que estão inseridas.

Assim sendo, espaço e tempo relacionam-se. O espaço possui uma dimensão histórica. A geógrafa Doreen Massey (2008, p. 15) destaca que a maneira como pensamos o espaço

importa tanto quanto o ato reflexivo em si, uma vez que aquilo que orienta a forma como o depreendemos “modula nossos entendimentos do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política”. Para a autora, o espaço é um sistema aberto produto de relações, sempre em devir, de modo que não se pode dizer que todas elas estejam dadas, nem todos os vínculos, estabelecidos. Tampouco todas as interações em potencial realizar-se-ão, obrigatoriamente. Logo, a compreensão a respeito do espaço também é localizada temporal e socialmente.

A geógrafa Ana Fani Carlos (2015, p. 25) compreende o espaço a partir da sua transformação em mercadoria no contexto do capitalismo tardio e financeirizado, em que predomina uma sociedade urbana. Para ela, “a produção do espaço é condição, meio e produto da reprodução social”, de modo que o espaço transformado em mercadoria sob a forma de um produto imobiliário é condição para a manutenção da acumulação de capital. Dessa maneira, áreas específicas das cidades são escolhidas para receberem investimentos, orientados pelos interesses do capital e do mercado, regidos por uma lógica e certa estética homogênea e globalizada. Muitas vezes sob o título de projetos de revitalização e requalificação, essas obras promovem a valorização de áreas mediante a transformação do uso e a gentrificação, ou seja, a expulsão de pessoas de renda mais baixa para substituí-las por outras classes mais altas e/ou turistas com poder de compra, garantindo a realização do lucro.

Segundo a arquiteta urbanista Paola Berenstein Jacques (2010, p. 108-109), esses empreendimentos são orientados pela intenção de instituir espaços homogêneos, pacificadores e espetaculares, que atendem a uma necessidade publicitária considerada central para a promoção das cidades: a construção estratégica de um cenário a ser vendido e consumido. Vendem-se imagens de espaços urbanos pacificados, “aparentemente destituídos de seus conflitos inerentes, dos

desacordos e dos desentendimentos, ou seja, são espaços apolíticos”. José Garcia Miguel Cortés (2008) sublinha o papel da arquitetura nesse processo, intrinsecamente produtora e disseminadora de significados, ao modular processos de subjetivação e códigos de conduta na direção de reproduzir uma pretensa dócil vida urbana contemporânea. Uma dócil vida urbana animada pelo consumo, da qual centros comerciais e *shoppings centers* são expressivas alegorias. Diante da deterioração dos espaços públicos e da qualidade de vida nas cidades, Cortés (2008, p. 93-94) afirma que

As seduções e as manipulações desses centros comerciais nos fazem acreditar em um mundo de sonhos, em um lugar em que a ordem prevalece dentro de um contexto de caóticas diferenças. Um lugar que expropria a cidade de seus significados e evidencia, ainda mais, a desertificação e a crise da cidade em suas estruturas tradicionais.

Não obstante, é oportuno indagar quais corpos e subjetividades dada produção espacial e de cidade contempla. A domesticação das subjetividades também levada a cabo por essa forma de produção do espaço não diz de um processo educativo, afinal? Defendemos que sim. Além disso, se há corpos e modos de ser autorizados, dialeticamente, há aqueles desautorizados. De imediato, poder-se-ia destacar que esses espaços e regiões tidas como revitalizadas ou requalificadas destinam-se à fruição de consumidores ou turistas, ou seja, os corpos importam e são considerados na medida em que possuem poder de compra. Em segundo lugar, tais operações recorrem a discursos e disciplinas com respaldo técnico e científico, que arrogam a si suposta objetividade e neutralidade. Com isso, sustenta-se a concepção de um espaço tido como universal, esterilizado, democrático, o que não passa de uma artimanha discursiva.

Conforme afirma a arquiteta urbanista Joice Berth (2023, p. 110), “não existe arquitetura e urbanismo neutros”, já que são

dois campos de saber e atuação que “tornam visível e palpável a estrutura social tal qual ela é”. Vivemos em uma sociedade que hierarquiza corpos e existências mediante marcadores elaborados social e historicamente. A partir da nomeação daquilo considerado o desvio e o indesejável, a norma apresenta-se e afirma-se como a lei natural. No entanto, isso só é possível por meio de produções discursivas forjadas pela relação entre saber e poder, que atribui caráter de verdade ao que é difundido pelas instituições de poder (Foucault, 2023).

Referente às intervenções urbanas, histórica e sistematicamente, elas têm logrado instituir quais corpos são ou não desejáveis ou, dito de outra forma, a qual tipo de subjetividade o espaço a ser construído e/ou transformado está direcionado e promove. Ao mesmo tempo em que uma epistemologia orienta as intervenções no espaço, isto é, uma ideia se materializa, tal materialização produz efeitos na construção das subjetividades. A prática espacial também é pedagógica. Berth (2023) elucida como o histórico de intervenções e planejamento das cidades no país, inspirados em modelos europeus, levou a cabo segregações socioespaciais ainda patentes em nossa sociedade.

Segundo a autora, a primeira fase da urbanização brasileira, compreendida entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, estava fortemente ancorada nos princípios eugenistas importados da Europa, que pregava a superioridade natural de uma raça, a branca e europeia, sobre as demais. As legislações higienistas decorrentes dessa ideologia promoveram o alijamento das raças consideradas inferiores e dos corpos considerados degenerados dos núcleos urbanos reformados e planejados. Berth (2023) denuncia como o racismo se materializou na configuração urbana brasileira por meio do urbanismo eugênico, cindindo as cidades em lugar de branco, inserido nos planos urbanos, e em lugar de preto, apartados e subalternizados.

Na esteira do pensamento higienista, a sexualidade também aparece como alvo de controle social estatal. A prática da prostituição, por exemplo, sofreu intervenções do Estado no sentido de delimitar e restringir áreas da cidade para seu exercício, além da obrigatoriedade de vistorias médicas e consultas compulsórias, visando alcançar certo padrão sanitário daquela prática considerada “um mal necessário” (Lima; Moura; Pinto de Moura, 2021). Sobremaneira, as intervenções urbanas de caráter higienista previam a derrubada de cortiços e moradias improvisadas nos centros das cidades, ocupados geralmente pela população marginalizada e despossuída, que incluía pessoas negras, homossexuais e dissidentes da norma de sexo-gênero. Sob a justificativa de saneamento e melhoramento desses centros, empurravam-se tais pessoas para as margens da nova ordenação social e espacial, aprofundando as desigualdades.

Nessa época, a homossexualidade era considerada um desvio e uma patologia, conforme demonstrado por Foucault (2023). James Green (2019) aponta como o pensamento eugenista teve grande aceitação no seio da intelectualidade brasileira, e como muitos estudos da década de 1930 associavam as consideradas perversões sexuais às pessoas não brancas. Além disso, o autor aponta como a influência da classe médica contribuiu para consolidar o “desvio sexual” como uma questão de saúde, justificando a necessidade de tratamento e cura, em oposição aos discursos que reivindicavam a sua criminalização. “Em outras palavras, os homossexuais mereciam compaixão por sua doença, e era responsabilidade dos médicos encontrar uma forma de curá-los de sua condição enferma” (Green, 2019, p. 225).


Assim, por intermédio do saber médico, pôs-se em funcionamento outra forma de intervenção estatal sobre a sexualidade: a internação voluntária ou compulsória em instituições psiquiátricas, visando a regeneração do doente. Isso corrobora com a reflexão de Foucault (2023), quando

elucida que, mais do que reprimir o sexo, a sociedade moderna investiu sobre ele para geri-lo. Dessa maneira, os saberes-poderes vigentes vão criando discursos que posicionam os sujeitos socialmente e, também, apontam os espaços destinados a cada um.

Se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutro lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, se não nos circuitos da produção, pelo menos do lucro. O *rendez-vous* e a casa de saúde serão tais lugares de tolerância [...] (Foucault, 2023, p. 08).

No entanto, o próprio autor ensina que onde há poder, há resistência. Nesse sentido, se as homossexualidades e demais sexualidades dissidentes lograram ser marcadas pelo estigma do desvio e da doença por uma produção de saber gestada no seio uma epistemologia europeia burguesa, masculina e moralista, elas também reivindicaram para si a construção de uma forma outra de compreensão das suas identidades sexuais e de gênero. O anonimato das aglomerações urbanas foi um fator de atração para as pessoas LGBTQIA+, que migravam em busca de uma existência, em certa medida, mais plena e livre. Isso proporcionou o encontro, a criação de redes de afeto e espaços de sociabilidade que foram fundamentais para a sobrevivência dessas pessoas em uma sociedade tão hostil, e que gestaram os movimentos organizados e ativismos que eclodiram na segunda metade do século XX.

Portanto, a identificação e o reconhecimento do valor memorial desses espaços são fundamentais, quando referente às resistências LGBTQIA+. Porém, essa história de ocupação, apropriação e produção de espaços pela comunidade LGBTQIA+ ainda está por escrever em grande parte das cidades brasileiras inseridas fora do circuito das capitais. Juiz de Fora, em que pese o fato de sediar o maior concurso de transformismo do Brasil, o Miss Brasil Gay, e de ser pioneira nas pautas LGBTQIA+ em Minas Gerais, que lhe renderam



certa fama de “capital gay do Brasil”, ainda apresenta uma lacuna quanto a pesquisas que se dediquem a identificar esses espaços na cidade. Tal constatação justifica o esforço da pesquisa em andamento.

ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE, MEMÓRIA E RESISTÊNCIAS

Tomar o conceito de espaços de sociabilidade para pensar as memórias dos sujeitos LGBTQIA+ na cidade é partir do pressuposto que os sujeitos se constituem em diferentes espaços, e é por meio das redes de sociabilidades que são capazes de construir e de estabelecer seus pertencimentos identitários. Isso significa dizer que os espaços de sociabilidade dizem de relações e das contingências situacionais de construção dos sujeitos. A questão dos modos de constituição dos sujeitos é fundante do pensamento foucaultiano, para quem o sujeito é resultado de discursos, portanto, um sujeito sempre construído historicamente (Foucault, 2023).

Seguindo as trilhas de Foucault, podemos afirmar que o sujeito se constitui a partir da ação de um externo e de um interno, ou seja, da ação dos outros sobre ele e da sua ação sobre si mesmo. Tomar essa forma de pensar a relação do sujeito com o mundo e consigo nos conduz a colocar sob investigação os espaços de sociabilidade, uma vez que são nesses espaços que temos uma das ações do mundo sobre os sujeitos LGBTQIA+ e da ação dos sujeitos sobre si mesmos. “Não se deve fazer passar o cuidado dos outros na frente do cuidado de si; o cuidado de si vem eticamente em primeiro lugar, na medida em que a relação consigo mesmo é ontologicamente primária” (Foucault, 2004, p. 271). O cuidado de si é a fase da ética em Foucault, um período em que o autor vai dedicar-se a explorar os processos de desassujeitamento dos sujeitos. O cuidado de si diz de uma inquietação consigo mesmo capaz de levar os sujeitos a produzirem vidas nunca

antes pensadas. Nosso argumento é que nesses espaços de sociabilidade são gestadas vidas nunca antes pensadas.

Assumir os espaços de sociabilidade como lócus de investigação diz do nosso entendimento de que eles são resultados de fronteiras que se organizam na cidade. No entanto, podemos pensar que neles também são organizadas fronteiras que estabelecem proximidades e distanciamentos sociais e econômicos, que organizam classificações e hierarquias que em alguns momentos são rígidas e em outros são diluídas, demonstrando como a dinâmica social da cidade e desses espaços é complexa e como elas estão presentes nas narrativas dos sujeitos ao falarem de si, de seus entendimentos de como se constituíram como sujeitos LGBTQIA+.

Nesses espaços são apresentados diversos estilos de vida, formas de pensar, de se comportar e de entendimentos de pertencimentos à comunidade LGBTQIA+. Isso tudo diz de um processo histórico que, para Regina Facchini (2011) tem a ver com a própria história do movimento LGBTQIA+, de forma que podemos considerar que uma das principais contribuições deste movimento para a cidadania da população LGBTQIA+ foi o que a autora chama de “visibilidade positiva”, que foi capaz de romper com estigmas históricos e, ao mesmo tempo, reduzir as vulnerabilidades individuais e sociais das pessoas que se sentiam pertencentes a essas identidades, dando corpo a um sujeito homossexual político e complexo.

Isso teve efeitos na construção, ampliação, divulgação e exploração dos espaços de sociabilidade LGBTQIA+. Pensando na história do surgimento desses espaços, podemos dizer que eles surgem como mercado GLS a partir dos anos 1990. No cenário brasileiro de reabertura política, de fortalecimento e ampliação dos grupos LGBTQIA+, de luta e enfrentamento à epidemia do HIV/Aids, um conjunto de estratégias de visibilidade positiva (Facchini, 2011) tiveram efeitos políticos e sociais, dentre eles o surgimento de espaços de sociabilidade

variados onde a população LGBTQIA+ pudesse construir estéticas nunca antes pensadas e compartilhar seus modos de existência numa construção de subjetividades coletivas e individuais.

É importante problematizar as maneiras como esse surgimento tem a ver com o mercado de consumo que, por si só, estabelece fronteiras sociais e econômicas de participação e consumo às práticas de promoção de lazer e sociabilidade. Se, por um lado, isso significou a modificação de um cenário de exclusão social, por outro, limitou o acesso e os benefícios sociais do lazer a uma parcela dessa população em função das relações econômicas que o consumo exige. “A visibilidade da homossexualidade é incrementada também pelo processo de segmentação de mercado, que se torna presente para todos os grupos sociais (...)” (Facchini, 2011, p. 193). O surgimento de bares, saunas, boates, cinemas, cafés modificaram a arquitetura das cidades, estabeleceram regiões de sociabilidades LGBTQIA+, impactando a circulação de sujeitos e a vivências públicas das homossexualidades, diminuindo as restrições que durante muito tempo relegaram os sujeitos homossexuais à exclusão e a marginalidade.

Isso tem um impacto grande, porque apesar de, nas análises, distinguirmos o que é sociedade civil, mobilizada e organizada e o que é o mercado, esses limites se tornam menos identificáveis no cotidiano: tanto o movimento clamava por “visibilidade positiva” da homossexualidade, quanto os donos de empreendimentos comerciais faziam concretamente certa forma de visibilidade ao identificarem casas, revistas e sites com símbolos conhecidos da diversidade sexual (Facchini, 2011, p. 193).

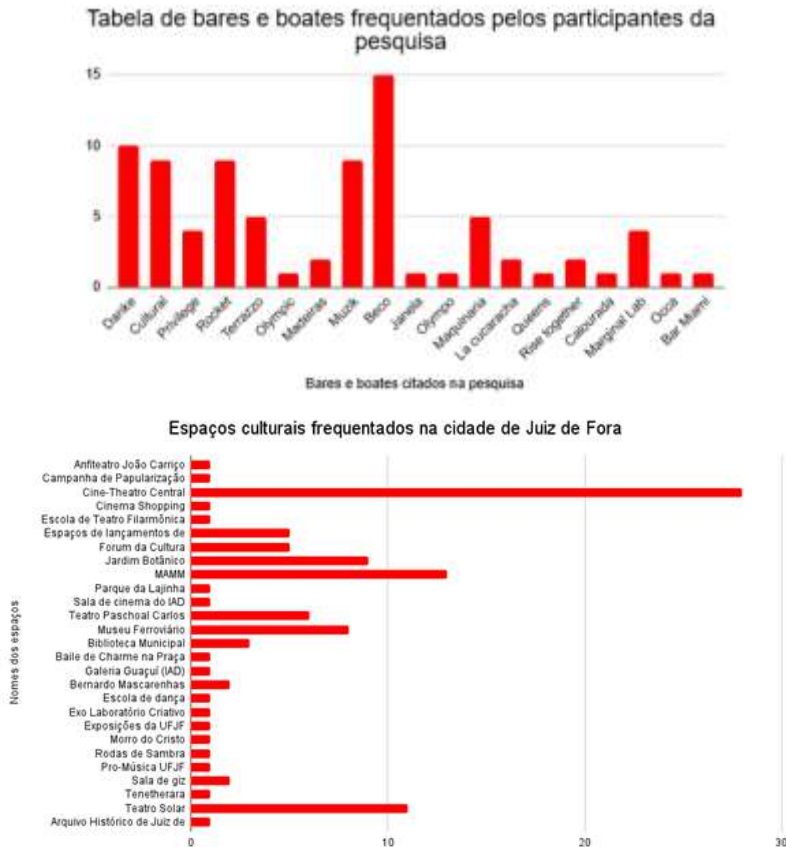
Esse movimento de criação e ampliação dos espaços de sociabilidade contribuiu para que seus frequentadores construíssem afetividades, laços sociais que dizem do processo de constituição de si, conhecimentos, redes de sociabilidade

que se ligavam à cidade e que foram fundamentais para a construção do que ficou conhecido como cultura gay. Júlio Simões e Regina Facchini (2009) vão destacar, ainda, como esse momento representou a ampliação e a diversificação do que era comumente conhecido como gueto homossexual, entendendo gueto a partir de Isadora Lins França (2006), como uma proposta de enfatizar esses empreendimentos como espaços de sociabilidade e de constituição de um sentido de comunidade, e não como um território que restringe ou delimita de forma clara a circulação dos sujeitos e seus pertencimentos. Para Júlio Simões e Regina Facchini (2009), portanto, não foi somente a vida noturna que vivenciou uma multiplicação em número e em variedade de formatos, estilos e serviços, mas seguindo uma perspectiva histórica, a internet desponta como um importante espaço de sociabilidade, de conhecimento, de possibilidade de parceiros sexuais, assim como o surgimento de grupos de pesquisa, jornais especializados, revistas, editoras, enfim, um conjunto de eventos que celebravam a diversidade. As paradas gays são um bom exemplo disso, como a maior exibição pública do *boom* do universo LGBTQIA+ e como o maior investimento de conseguir ampliar a solidariedade social.

Esses dois aspectos apontados acima se evidenciaram entre os e as participantes da pesquisa. Tanto as ampliações dos espaços de sociabilidade quanto a sua diversificação apareceram nas respostas dos e das participantes. Questionados sobre os bares e boates que frequentam e que reconhecem como espaços de sociabilidade LGBTQIA+ na cidade de Juiz de Fora, foi essa diversidade que apareceu. Dentre os bares e boates citados, apenas o *Rocket*, o *Muzik* e o *Queens* são reconhecidos, no senso comum, como espaços destinados e de frequência majoritariamente LGBTQIA+. Os outros 16 estabelecimentos não são reconhecidos como espaços reservados a um público específico, de tal modo que o aparecimento deles nos questionários informa-nos que a

população LGBTQIA+ circula por esses espaços. O espaço mais citado, por exemplo, é o *Beco*, um tipo de bar que conjuga música, show, bebidas e alimentação, e que vem se consagrando como espaço de frequência jovem.

Figura 1: Gráficos relativos aos espaços citados



Fonte: Elaborado pelos autores por meio de ferramentas do questionário Google.

Se, no primeiro gráfico, os participantes são provocados a pensarem e elencarem os bares e boates que frequentam, no segundo, a circulação pela cidade é mais ampliada. Nele os participantes apontam os espaços culturais com maior número, destacadamente, o Cine-Theatro Central, seguido do

Museu de Arte Moderna Murilo Mendes e do Teatro Solar. Considerando que os questionários foram respondidos pela população LGBTQIA+ da Universidade Federal de Juiz de Fora, podemos supor que esse é um público muito específico, ligado às artes e à cultura, de universitários que definem sua circulação pelo seu poder econômico.

Para responder às questões, os participantes acionam suas memórias. Assim, esses espaços citados são resultados de um processo histórico e social das memórias individuais e que, no seu conjunto, vão informando-nos sobre as relações sociais do grupo e de sua materialização espacial. Com isso, podemos pensar que não existe espaço LGBTQIA+ como essência, mas sim como construção que é realizada no encontro entre o individual e o grupo. Esses espaços são importantes e, até mesmo condição, para que as práticas do grupo possam realizar-se. Esse é um dos pontos que nos interessa nessa pesquisa, ou seja, como a memória diz das nossas relações com o mundo e conosco. É a memória que nos possibilita construir nossos pertencimentos com os grupos e, como uma atividade humana, ela está permeada pelas relações que desenvolvemos com os espaços de sociabilidade. “Nossa cultura, nossos gostos aparentes na escolha e na disposição desses objetos se explicam em larga medida pelos elos que nos prendem sempre a um grande número de sociedade, sensíveis ou insensíveis” (Halbwachs 1990, p. 122). Quando Maurice Halbwachs nos diz dos “elos que nos prendem”, ele nos convida a pensar que a memória une o indivíduo ao grupo, e podemos pensar que isso se dá nos espaços de sociabilidade, como lugar de vivências imaginadas, percebidas, projetadas e vividas.

É por meio das memórias desses estudantes LGBTQIA+ que podemos levantar algumas considerações como, por exemplo, que na cidade de Juiz de Fora não há um gueto para a população LGBTQIA+, uma vez que a circulação dos sujeitos acontece numa diversidade de espaços que se misturam com outros grupos sociais, que revelam um tempo histórico para as

vivências homossexuais diferente das décadas anteriores. Ao mesmo tempo, podemos afirmar que esses espaços se concentram na região central da cidade. A periferia não aparece, o que não significa a inexistência de espaços de sociabilidade LGBTQIA+ nessas regiões da cidade, mas que a metodologia que se concentrou numa população específica – universitários LGBTQIA+ – limitou a construção dessa informação.

ESPAÇOS DE MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA

A pesquisa diz de um investimento nos sujeitos. Não qualquer sujeito, mas um sujeito histórico, o que significa pensar a constituição dos sujeitos por dois aspectos. O primeiro aspecto é o sujeito como sujeito de memória, sujeito histórico, que pertence a um tempo histórico que diz de sua constituição. O sujeito que é capaz de falar de si, de construir um discurso sobre si a partir das suas memórias, de tal forma que somos nossas memórias. O segundo aspecto é o sujeito que incorporou uma forma de olhar e interferir no mundo, um sujeito que desenvolve uma postura histórica, o que nos convida a pensar que aquilo que chamamos de realidade é uma construção, portanto, sujeita as continuidades e descontinuidades.

Mais do que isso, a pesquisa com os espaços de sociabilidade LGBTQIA+ como espaços educativos permite-nos problematizar as relações entre a História, o Ensino de História e a Educação nos seus atravessamentos com a construção de identidades, de vínculos históricos com a cidade, com os grupos de pertencimento, com a constituição de sujeitos históricos críticos. Desse modo, uma pesquisa sobre as redes de sociabilidade LGBTQIA+ na cidade de Juiz de Fora é uma forma de ampliar as discussões nos cursos de formação e ter impacto no ensino de História nas escolas. Em última análise é uma pesquisa que, sendo fiel à perspectiva foucaultiana, interessa-se pelos efeitos nos sujeitos,

compreendendo que falar de memória, de resistências e de ocupação da cidade por uma comunidade comumente ausente da História, do Ensino de História e da Educação é falar da constituição de sujeitos. Assim sendo, podemos afirmar que nossas ações buscam impactar a constituição dos sujeitos: professores, alunos e estagiários do curso de História e futuros professores e alunos que estão nas escolas.

O primeiro impacto e resultado foi o trabalho com a relação entre memória e história nas práticas de formação docente. A pesquisa dialoga com o ensino, de maneira que essa pesquisa coloca sob suspeita a construção da História e o trabalho do historiador, a partir do entendimento de que a História é um dos discursos sobre o passado, e não “o” discurso sobre o passado. Passado e História não são sinônimos. A História é uma parte do passado e não “o” passado. Esse entendimento tem efeitos no Ensino de História, uma vez que diz da compreensão de que, a partir de determinadas escolhas, nós vamos construindo determinados sujeitos. A questão é: que sujeitos (e também que objetos, se tomarmos a cidade como um objeto da História) produzimos com o tipo de temas e formas de ensinar que elegemos? Quando organizamos uma aula, quais sujeitos evidenciamos? Quais sujeitos deixamos de fora? Nesse sentido, não nos parece que seja suficiente ficar nesses questionamentos, havendo a necessidade de propor uma outra história, contada por aqueles sujeitos que nem sempre se sentem participantes dela. Uma história que perceba a cidade a partir de outras categorias de análise, como gênero e sexualidade, e que, produzida nas universidades, também chegue nas escolas. Como faz Foucault, ao nos convidar à reflexão no texto *A vida dos homens infames*: “Vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que só nos retornam pelo efeito de múltiplos acasos, eis aí as infâmias das quais eu quis, aqui, juntar alguns restos” (Foucault, 2015, p. 206). A pesquisa, nesta

fase dos questionários, trabalhou com as memórias dos universitários LGBTQIA+ da UFJF no tempo presente. Eles não foram capazes de lembrar de outros espaços que não existem mais e que, talvez, nem tenham conhecido, ou sequer tenham ouvido falar, mas que não constituem espaços de sociabilidade deles.

Assim, as respostas aos questionários dizem da construção de uma memória do tempo presente, das redes de sociabilidade que eles vivenciam e são capazes de lembrar. Podemos pensar que essas memórias se relacionam com outras lembranças dos sujeitos que responderam ao questionário, e de outros sujeitos LGBTQIA+ de outros tempos históricos que, ao lerem as respostas, poderão lembrar-se dos seus espaços de sociabilidade. A memória, ao se relacionar com outras lembranças, constitui os sujeitos e seus pertencimentos, não apenas de gênero e sexualidade, mas também de raça e classe, por exemplo. Ao observar o que aparece nas respostas do questionário, podemos perceber uma prevalência de espaços culturais que não exigem um grande poder econômico. Essas mesmas memórias convidam-nos a pensar as continuidades e discontinuidades, importantes para refletir acerca do cenário cultural da cidade. Os bares e boates citados mantêm a concentração nas áreas centrais da cidade, embora estejam mais espalhados para regiões próximas à UFJF e às moradias dos estudantes.

Trabalhar com a ampliação do conceito de História para trazer ao debate temáticas e sujeitos que não estão na história oficial é também trabalhar com a memória, com a construção do que estamos tomando como História ensinada nas suas relações com a seleção do que queremos lembrar e do que queremos esquecer. Além disso, é colocar sob discussão os processos de seleção que estão implicados no trabalho com a memória, história, ensino de história, relações de poder e sujeitos, visto que somos sujeitos de experiência marcados pelas nossas histórias pessoais, locais e nacionais, o que

significa dizer que lembrar e esquecer é parte de uma história do ressentimento, como nos informa Sônia Miranda (2007). Pelos processos de lembrar e esquecer vamos atribuindo significados e valores a nossas histórias e identidades, uma vez que memória é artefato de identidade, diz da nossa relação de pertencimento com os grupos e lugares.

O segundo é o investimento na formação docente, tanto na possibilidade com a pesquisa da relação entre ensino de história, a história e a Educação, sobretudo no trabalho com o arcabouço foucaultiano de análise que se estabelece em torno de uma análise histórica do presente. A ideia de ensino de História que estamos defendendo é aquela que pretende analisar e problematizar as dimensões temporais e culturais da vida social que estão presentes nas modificações realizadas pelos seres humanos no tempo. Isso diz de buscar trabalhar com as continuidades e rupturas das pautas LGBTQIA+, de maneira que este trabalho diz da relação entre passado e presente, e de sua contribuição para que os alunos e as alunas possam compreender a construção da realidade como algo que diz das suas ações na história.

O Ensino de História responde a três questões, três desafios importantes para a constituição dos sujeitos. O primeiro desafio é conhecer a historiografia, dar conta do que está sendo produzido de novo no conhecimento histórico a respeito de um tema, o que significa considerar que trabalhar com Ensino de História é, principalmente, problematizar a produção do conhecimento. O segundo desafio é pensar como essa produção de conhecimento chega até e impacta a formação docente, daí a necessidade constante de articulação entre pesquisa e ensino na graduação. O terceiro desafio é responder como essa produção do conhecimento chega na graduação e, assim, chega na escola, impactando a constituição de estudantes na escola.

Trabalhar com as memórias dos sujeitos LGBTQIA+ e suas relações com a cidade como uma pesquisa acadêmica diz da produção de conhecimento de um grupo subalternizado, de maneira que essas memórias ganham certa legitimidade e tornam-se uma outra possibilidade de contar o passado e a cidade. Esses desafios da produção do saber histórico não estão isentos de dificuldades teóricas, de procedimentos interpretativos e da relação entre pesquisadores do campo da História e do Ensino de História. Segundo Durval Muniz Albuquerque Junior (2007), uma das funções do historiador é a difícil e complicada tarefa de violar memórias e construir a História, já que as “memórias falam de outros apenas enquanto caminho para falar do próprio indivíduo”, enquanto a História se dedica ao “trabalho de indivíduos que querem conhecer o outro, interpretá-lo” (Albuquerque Junior, 2007, p. 207). O Ensino de História é o trabalho com a alteridade, com o encontro com o diferente. Essa é uma defesa importante da nossa pesquisa, ou seja, a ideia de que a história e o ensino de história se fazem na produção de conhecimento, nas memórias e na escrita que se volta para o outro, que busca o outro, o diferente, o estranho, exatamente para colocar sob investigação a construção de conhecimento e as formas de conhecer, de pensar e de agir com as diferenças, e como isso diz de um processo histórico. “As memórias, portanto, constroem identidades; a História violenta identidades para descobri-las diferentes internamente” (Albuquerque Junior, 2007, p. 207).

Essa pesquisa com as redes de sociabilidade LGBTQIA+ na cidade de Juiz de Fora, e o trabalho com as memórias desse grupo é parte de uma luta política que se iniciou na segunda metade do século passado, portanto, tributária dos movimentos sociais e da história da constituição da área de conhecimento Ensino de História. Pensar as memórias das minorias e problematizar a construção das memórias no Ensino de História é possibilitar que os alunos e alunas se

percebam como pertencentes aos grupos sociais e às lutas políticas que dizem de um tempo e de espaços sociais de disputas. Podemos pensar que as boates e os bares LGBTQIA+ são espaços de luta, uma vez que neles há projetos de sujeitos que são gestados nas redes de sociabilidades. Neles são ensinadas e aprendidas outras formas de ser e estar no mundo, de pensar e agir na sociedade e na cidade, constituindo-se como uma maneira de lutar por um outro mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso intuito com este artigo foi apresentar alguns dados preliminares da pesquisa, apostando, assim, em novas formas de produção histórica que narram sobre sujeitos que anteriormente tiveram suas formas de ser e estar no mundo negligenciadas pela historiografia. Portanto, pensar na constituição deles a partir de suas redes de sociabilidade é pensar os processos educativos que os formam interpelados pelas memórias que os constituem. Essas vidas, descritas por Foucault (2015) como infames, foram de encontro ao poder e deixaram suas marcas no presente, marcando assim os espaços em que habitaram e habitam.

Logo, a cidade, enquanto território de lutas e resistências de grupos LGBTQIA+, provoca-nos a refletir sobre os processos de constituição que são desencadeados pela relação desses grupos com o espaço dinâmico da cidade. Esses processos, então, educam em uma chave dupla, do espaço para o sujeito e do sujeito para o espaço, formando processos educativos do que é ser LGBTQIA+ no contexto da cidade. Pensar Juiz de Fora, especificamente, leva-nos a buscar as memórias daqueles que fizeram e fazem parte da formação dessas redes de sociabilidade.

Situados em um contexto maior de resgate dessas memórias marginalizadas, como promovido por Renan Quinalha (2022), buscamos produzir um panorama dessas

redes de sociabilidade, bem como pensar os processos educativos de constituição dos sujeitos LGBTQIA+ em Juiz de Fora. A pesquisa com essas memórias suscita pensar como elas se fazem potentes no campo do Ensino de História, pensando também na formação de professores, que nos leva a promover outras narrativas em sala de aula, ampliando as discussões sobre esses sujeitos históricos que, por muito tempo, tiveram suas narrativas descredibilizadas e apagadas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história.** Bauru: Edusc, 2007.

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. *In:* CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Crise Urbana.** São Paulo: Contexto, 2015, p. 25–35.

CORTÉS, José Miguel Garcia. **Políticas do Espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social.** São Paulo: Editora SENAC, 2008.

FACCHINI, Regina. Visibilidade é legitimidade? O movimento social e a promoção da cidadania LGBT no Brasil. *In:* **Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos.** Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2011, p. 179-197.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. Sexualidade e poder. *In*: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 56-76.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. *In*: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ditos e Escritos IV: estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2015, p. 199-217

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque; J.A. Guilhon Albuquerque. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023.

FRANÇA, Isadora Lins. **Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo**. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Enciclopédia negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GREEN, James N. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. Tradução: Cristina Fino; Cássio Arantes Leite. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

JACQUES, Paola Berenstein. Zonas de tensão: em busca de micro-resistências urbanas. *In*: JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra (org.). **Corpocidade: debates, ações e articulações**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 106–119. Disponível

em: <https://corpocidade.dan.ufba.br/2010/prelo.html>. Acesso em: 10 fev. 2025.

ROCHA LIMA, Eduardo; PAJEÚ MOURA, Alexandre; PINTO DE MOURA, Gabriela. Narrativas em disputa: a cidade sexuada e a “recuperação” do Centro Histórico de Salvador, Bahia, Brasil. **Thésis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 61-77, dez. 2021. Disponível em: <https://thesis.anparq.org.br/revista-thesis/article/view/300/278>. Acesso em: 04 mar. 2025.

MARSHALL, James D. Michel Foucault: pesquisa educacional como problematização. *In*: PETERS, Michael A.; BESLEY, Tina. **Por que Foucault? Novas diretrizes para a pesquisa educacional**. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 25-39

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução: Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MIRANDA, Sonia Regina. **Cultura escolar, saberes docentes e história ensinada**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

MIRANDA, Sonia Regina. Sobre o ato de aprender a olhar: a cidade como um jogo de saberes e potências educadoras. **Revista NUPEM**, v. 14, n. 33, p. 43–63, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unesp.br/nupem/article/view/4819>. Acesso em: 25 mar. 2025.

NETTO, Antônio Ananias Nogueira; ALVES, Flamarion Dutra. Territorialidades LGBTQIA+ em Alfenas – MG: entre espaços de acolhimento e insegurança. **Terra Livre**, [s. l.], v. 2, n. 61, p. 169–215, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3427>. Acesso em: 25 mar. 2025.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2017.

SMITH, Richard Cândida. História pública, por que não? *In*: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 293-301

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

WINK, Ingrid. Hoje a aula é na rua! A cidade como espaço educativo. *In*: ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto; PIRES, Thiago Vieira. **Sociologia da Educação: pensamentos inquietos**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018, p. 171-180.

Recebido em 02/04/2025.

Aprovado em 12/07/2025.